

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO**

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**CARACTERÍSTICAS E IMPASSES DA
AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL**

JOSÉ ERALDO ROVARIS

Florianópolis - SC, outubro de 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CARACTERÍSTICAS E IMPASSES DA
AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de
carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia

Por: JOSÉ ERALDO ROVARIS

Orientador: PROF. Dr. LAURO MATTEI

Área de Pesquisa: Economia Regional e Urbana

Palavras Chaves: 1- Agricultura

2 – Timbé do Sul

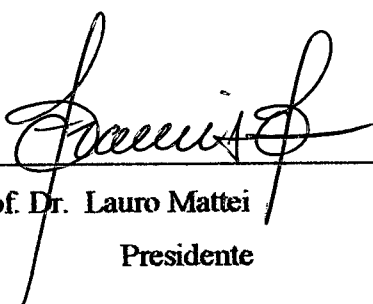
3 – Reflexos na Economia

Florianópolis – SC, outubro de 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 60 ao acadêmico José Eraldo Rovaris na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

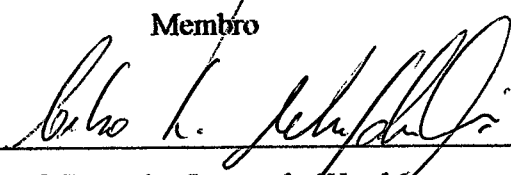
Banca examinadora:



Prof. Dr. Lauro Mattei
Presidente



Prof. Dr. Laércio Barbosa Pereira
Membro



Prof. Dr. Celso Leonardo Weydmann
Membro

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Arno Rovaris e Joana M.Rovaris, e demais familiares pelo carinho e compreensão a mim dispensado. Ao meu protetor Menino Jesus de Praga

Agradeço em especial ao Professor Dr. Lauro Mattei, que gentilmente disponibilizou seu tempo, seus conhecimentos e sua experiências para a orientação deste trabalho. Aos demais Professores, Servidores Administrativos deste Departamento pelos serviços prestados.

Aos amigos Ronaldo Rovaris, Marcel, Ancelmo, Dirceu, Larissa, Fernanda, Janaina e Fabiano que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos colegas Juliana, Tatiana, João Pedro, Ana Isabela e Jéferson, André, Cleber, Fábio e Waldemir, que me apoiaram.

Agradeço em especial aos meus amigos Raimundo Leite e Claudia Freitas que contribuíram diretamente para que este trabalho se concretizasse.

A todos que contribuíram com informações concretas para a elaboração deste trabalho, a saber: Tio Arnaldo, Zezo, Pedro, Rui, Éclair, Dilu e Edson

A minha amiga de infância Silvana Burigo Bresan, em memória.

LISTA DE SIGLAS

- AGF – Aquisição do Governo Federal**
- AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense**
- BM – Banco Mundial**
- BTN – Bônus do Tesouro Nacional**
- CA – Censo Agropecuário**
- EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo**
- FAO – Food And Agriculture Organization ou (Organização para a Agricultura e Alimentação)**
- FMI – Fundo Monetário Internacional**
- FT – Faturamento Total**
- IBGE – Instituto Brasileira de Geografia e Estatística**
- ICEPA - Instituto Catarinense de Extensão e Pesquisa Agropecuária**
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**
- IPC – Índice de Preço ao Consumidor**
- PR – Paraná**
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**
- RS – Rio Grande do Sul**
- SC – Santa Catarina**
- VBP – Valor Bruto da Produção**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Grupo por estabelecimento e área total – 1985 – 1995.....	13
Tabela 2 – Estabelecimento área Valor Bruto da Produção (VBP) financiamento total (FT).....	14
Tabela 3 – Estabelecimento área Valor Bruto da Produção (VBP) Financiamento Total (FT).....	15
Tabela 4 – Agricultores familiares por no número de estabelecimentos, área, (VBP) financiamento total, destinados aos agricultores familiares.....	16
Tabela 5 – Agricultores familiares – percentual dos estabelecimentos e área – Brasil – 1995.....	17
Tabela 6 – Grupos por estabelecimento, de área total em Santa Catarina – 1989 – 1995....	23
Tabela 7 – Evolução da condição do responsável na produção 1989 – 1995.....	24
Tabela 8 – Proporção da produção das principais lavouras originadas em estabelecimentos de menos 50ha, segundo o Censo agropecuário – Santa Catarina – 1995.....	25
Tabela 9 – Produção de ovos e de leite efetivos de bovinos, suínos de galinhas, galos, francas, frangos, ovinos, segundo o Censo agropecuário de Santa Catarina – 1995.....	26
Tabela 10 – Habitantes do município de Timbé do Sul por faixa etária	33
Tabela 11 – Principais culturas desenvolvidas no município de Timbé do Sul no ano de 2002 – 2001.....	34
Tabela 12 – Grupos por estabelecimentos de área total em Timbé do Sul – 1985 – 1995....	36
Tabela 13 – Evolução da condição do responsável na produção 1985 – 1995.....	37
Tabela 14 – Desempenho da produção da lavoura – Safra – 1985 – 1995.....	38

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Área Geográfica de Timbé do Sul.....	32
---	----

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS
LISTA DE TABELAS
LISTA DE FIGURA

CAPÍTULO 1	1
1.1 Introdução.....	1
1.2 Problemática.....	3
1.3 Objetivos	5
1.4 Objetivos Específicos.....	6
1.5 Metodologia.....	6
1.6 Estrutura do Trabalho.....	6
CAPÍTULO 2	
2.1- Características da Agricultura Nacional	7
2.2- As Políticas para o Setor Agropecuário nas décadas de 1980 e 1990.....	8
2.3- Indicadores da Produção Familiar no Brasil 1985-1995/1996.....	11
2.4- Estrutura Fundiária.....	12
2.5 Condição dos Produtores.....	16
CAPÍTULO 3	
3.1- História da Ocupação Territorial.....	18
3.2- Localização	19
3.3- Dinâmicas Produtivas Regionais	19
3.4- Questionamentos.....	21
3.5- Indicadores do Desenvolvimento Agropecuário Catarinense.....	22
3.6- Estrutura Fundiária.....	22
3.7- Condição do Produtor	24
3.8- Participação da Pequena Propriedade na Produção	25
3.9- Atuação do PRONAF em Santa Catarina	26
3.10- Evolução Recente da Produção Agropecuária Catarinense	27
CAPÍTULO 4	
4.1- Histórico.....	29
4.2- Características do Vale do Araranguá: Aspectos Históricos	29
4.3- Criação do Distrito de Timbé.....	30
4.4- Localização Geográfica.....	31
4.5- Dados Populacional do Município de Timbé do Sul	33
4.6- Estrutura Econômica de Timbé do Sul	34
4.7- Estrutura Fundiária.....	35
4.8- Condições do Produtor e Evolução da Produção	36
4.9- Proposta para desenvolvimento local.....	38
CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

CAPÍTULO 1

1.1 Introdução

A agricultura brasileira sofreu intensa intervenção governamental até a segunda metade da década de 1980. Durante as décadas de 1960 e 1970, o governo injetou grandes volumes de subsídios através do crédito rural. Simultaneamente ao programa de crédito rural subsidiado, o governo interveio no sistema de preços através de políticas de estoques reguladores e medidas protecionistas, tanto nos mercados de produtos quanto no de insumos.

O segundo choque do petróleo e a crise de financiamento externo, a partir do final da década de setenta, esgotaram a capacidade do governo de transferir recursos para o setor privado e mergulharam o país numa crise econômica sem precedentes. A partir do início da década de 80 a taxa de inflação no Brasil aumentou fortemente, chegando a 200% a.a em 1984, o que obrigou o governo a promover um acordo com os organismos multilaterais (FMI e BM). O FMI recomendava um drástico corte dos gastos públicos e adoção de políticas monetárias restritivas, de modo a inibir os gastos no setor privado. O Banco Mundial realizava assistência creditícia a vários setores exigindo, em contrapartida, ou salvaguardas relacionadas à reformas diversas, incluindo liberação de preços e mudanças de procedimentos em cada setor. Em toda essa fase de ajuste macroeconômico, o corte dos gastos e a política monetária restritiva atingiram o setor agrícola, imprimindo sérias limitações à política de crédito, e reduzindo de modo acentuado os montantes de recursos de crédito rural oriundos das fontes oficiais.

Na primeira metade dos anos 90 ocorre a implantação de três planos econômicos (Collor I e Collor II e Plano Real) para estabilizar a economia (controle da inflação e do déficit público), sendo que nos dois primeiros planos ocorreram as reformas mais importantes de abertura da economia, com eliminação das proibições de importações, reduções de tarifas, desmantelamentos de órgãos e monopólios estatais na comercialização de produtos. Segundo Baumann (1999 p.227) “no final de 1993, é anunciado o do Plano Real, premiando os ingredientes (déficit público, a abertura, a flexibilização dos preços),

acrescentando uma taxa fixa de câmbio para contribuir com mais força para a estabilização de preços. Com abertura econômica relativamente ampla e com câmbio nominal fixado, qualquer pressão altista dos preços domésticos valorizaria o câmbio e facilitaria a entrada de importações, reduzindo as pressões altistas. No primeiro ano do Plano Real, o governo experimentou superávit primário, taxa de inflação declinante, e bom desempenho no nível de atividade econômica, com um crescimento superior a 4% do PIB”.

Conforme Baumann (1999, p. 227) “o plano Real apresentou o melhor desempenho entre todos os planos de estabilização anteriores. A inflação foi contida com eliminação dos mecanismos de indexação e a memória inflacionária foi sendo apagada nesse período. Todavia, começaram a se acumular problemas relacionados às duas variáveis básicas do sistema: a taxa de câmbio e a taxa de juros. A taxa de câmbio sofria reajustes graduais, mas numa velocidade incapaz de evitar a valorização da moeda nacional em relação a outras moedas, abrindo espaço para um crescente déficit comercial. Para financiar esse déficit, o governo executava uma política monetária restritiva para aumentar a taxa de juros e atrair capitais do exterior. O custo dessa política de taxa de juros elevados foram os encargos crescentes da dívida pública”.

Ainda segundo Baumann (1999, p. 227), “embora os preços tenham estado estabilizados na segunda metade dos anos 1990, o desequilíbrio macroeconômico crescia tanto nas contas públicas como no balanço de pagamentos. Depois de um superávit em 1994, o déficit operacional atingiu cerca de 5% em 1995. Em 1996, tentou-se uma reação reduzindo as necessidades de financiamento para 3.7% do PIB. Todavia, em 1997 o déficit cresceu novamente para 4,3% e se aproximou de 7% em 1998, nivelando-se aos piores desempenhos das duas décadas”.

1.2 Problemática

As pequenas propriedades agrícolas no Brasil foram fortemente afetadas pelas políticas estruturais das décadas de 80/90 para o setor agrícola. Tais políticas provocaram, em função do fechamento das unidades familiares e a conseqüente diminuição dos empregos rurais, um êxodo rural acentuado no período.

Os motivos que levaram à implantação dessas políticas foram de ordem externa, acarretando conseqüências internamente: a alta das taxas de juros internacionais e a crise do petróleo no final da década de 70 e início da década 80 acabaram por afetar os níveis de investimentos externos, promovendo queda dos investimentos internos por parte do governo brasileiro na condução das políticas para o setor agrícola

A expansão do setor industrial foi possível também devido às ações de investimentos governamentais no setor agrícola, que se deram através de créditos e subsídios, bem como por meio da implementação de medidas protecionistas nas décadas de 1960 e 1970.

Na década de 1970, respaldado pela demanda interna e pela necessidade das transformações de padrões internacionais, ocorre a modernização da agricultura, com intensificação dos investimentos em máquinas e equipamentos agrícolas.

Mas após a segunda metade dessa década os fatores externos, como a crise do petróleo, provocam sinais de esgotamento das políticas internas voltadas para o setor agropecuário, resultando em ações negativas da demanda das unidades agrícolas nas décadas de 1980 e 1990.

Conforme Baumann (1999 p. 237), antes da década de 80 o setor agrícola dispunha de um instrumento - o crédito rural com recursos fartos e a taxa de juros subsidiados. Com a recessão que atinge a economia a partir dos anos 80, o governo perde sua capacidade de financiamento, principalmente do crédito rural subsidiado e da política de garantia de preços mínimos.

A década de 90 inicia com a inserção de uma nova política agrícola neoliberal conduzida pelos reflexos da política macroeconômica imposta no final da década de 80, excluindo cada vez mais o estado de seu papel como agente estabilizador dos recursos destinados ao investimento no setor agropecuário.

O efeito dessa desregulamentação do mercado ocorreu com fortes impactos sobre a política comercial e a política cambial com taxas sobrevalorizadas. Segundo Mattei (1998 pg 36), “a liberalização indiscriminada do comércio de produtos agrícolas, ao não taxar adequadamente produtos que eram subsidiados em seus países de origem, elevou brutalmente as importações, uma vez que os preços no mercado externo tornaram-se mais atraentes para a agroindústria nacional. Por sua vez, a valorização acentuada da taxa de câmbio acabou desestimulando as exportações e inibindo a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional”.

A não existência de instrumento de políticas públicas favoráveis à agricultura familiar inibiu a perspectiva de reprodução desse sistema de produção, promovendo queda na renda, migração da população rural para meios urbanos e a conseqüente redução dos 4.139.359 estabelecimentos familiares, conforme censo IBGE (1995/96).

Dada a crescente incerteza e dificuldade de atuação frente aos diversos mercados, muitos agricultores familiares vêem-se forçados a se integrar às Agroindústrias como forma de garantir ao menos a sua reprodução como proprietário da terra (Alantejano, 1997 pg.25).

As limitadas opções de melhoria do nível de vida, de expansão do capital, bem como a aspereza do trabalho sem mecanização, entre outros aspectos, atuam como força de expulsão rural, principalmente da população mais jovem.

Os reflexos do desenvolvimento da nova estrutura agrícola do país estão evidentes em Santa Catarina. Nesse estado, caracterizado por um sistema de agricultura familiar, foi constatado uma redução de 31.626 estabelecimentos rurais e uma redução da área total de 806.607 hectares. Segundo dados IBGE (1996), a taxa de urbanização no estado de Santa Catarina cresceu de 59,38%, em 1980 para 70,64%, em 1991, confirmando a tendência de urbanização iniciada em 1970. A população rural catarinense é de aproximadamente 1.136 mil pessoas, 194,3 mil a menos que em 1991.

As dificuldades dos agricultores familiares se refletem mais sobre os pequenos municípios de Santa Catarina que têm sua base econômica assentada nas atividades agropecuárias, como é o caso de Timbé do Sul. Este município está localizado no extremo sul catarinense, com uma extensão territorial de 334 Km² e uma população de 5.323 habitantes; sendo 3.640 habitantes na área rural e 1.683 na área urbana. Nesse município a

atividade agrícola é base da economia local, com predomínio do fumo e arroz. Esses dois produtos participam com 80% do valor bruto da produção, enquanto que a suinocultura e avicultura respondem com 5% cada. Os 10% restantes correspondem a culturas diversas.

O que vem ocorrendo neste município é bastante comum ao que ocorre nas demais localidades do Estado: por não existirem políticas que favoreçam a permanência do agricultor em sua propriedade, grande parte das unidades familiares de produção são excluídas do processo produtivo por não apresentarem os níveis mínimos de produtividade exigidos pelo atual modelo agroindustrial, que é comandado pelas grandes empresas do setor. Contudo, uma pequena parcela dessas unidades consegue se manter neste sistema de produção se submetendo à subordinação através do financiamento dos insumos e da assistência técnica, criando, no pequeno produtor, uma dependência e forçando-o à adoção de novas tecnologias disponibilizadas pelas agroindustriais.

Visando compreender melhor o problema do setor da agropecuária catarinense em Timbé do Sul, neste trabalho procura-se responder às seguintes questões:

- Qual a situação atual do sistema agropecuário de Timbé do Sul em termos econômicos e sociais?
- Como manter as atividades agropecuárias nos municípios pequenos, juntamente com o desenvolvimento econômico.
- Quais as políticas necessárias para o fortalecimento da produção agropecuária familiar?

1.3 Objetivos

O objetivo geral do estudo é analisar o sistema de produção agropecuário no município de Timbé do Sul, levantando os problemas e apontando alternativas capazes de elevar o nível de renda e, conseqüentemente, a economia local.

1.4 Objetivos Específicos

- Analisar os impactos das políticas econômicas recentes sobre a agricultura nacional e, em particular, sobre o sistema de produção familiar
- Discutir a situação atual da agropecuária catarinense, destacando as principais características do sistema de produção familiar.
- Analisar as atividades econômicas do município de Timbé do Sul, com ênfase ao papel do setor agropecuário, e propor alternativas para o desenvolvimento econômico municipal.

1.5 Metodologia

A metodologia adotada para o presente trabalho levou em consideração os métodos descritivos com base em dados e informações secundárias, obtidos em livros, textos e revistas especializadas conforme cada objetivo. Para a compreensão do sistema de produção agropecuário no município de Timbé do Sul utilizou-se: livros, artigos e internet. Para o entendimento das características da agricultura nacional, em particular, sobre o sistema de produção familiar foram utilizados: livros, jornais, artigos, textos, revistas especializadas, relatórios, monografias, dissertações e internet.

1.6 Estrutura do Trabalho

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução, que apresenta o problema, os objetivos, gerais e específicos, a metodologia e a estrutura do trabalho. O segundo capítulo expõe as características da agricultura nacional. No terceiro capítulo, discute-se as características da agricultura catarinense. O quarto capítulo apresenta o município de Timbé do Sul, sua história e, em especial, o setor agrícola. Por fim, o quinto capítulo traz as conclusões do trabalho.

CAPÍTULO II

2.1- Características da Agricultura Nacional

As transformações que estão ocorrendo no meio rural brasileiro, foram intensificadas, nas últimas décadas, pela falta de apoio das políticas macroeconômicas e setoriais direcionadas ao setor rural.

As características da modernização vinculadas às políticas voltadas para o desenvolvimento agrícola brasileiro pouco contribuíram para o desenvolvimento do sistema de produção familiares no meio rural. Vinculado ao grau de dependência das políticas macroeconômica e setorial, que não satisfizeram as necessidades dessas unidades, esse setor buscou novas formas de reprodução nas últimas duas décadas.

O espaço que antes era inteiramente agrícola no meio rural, agora passa a desempenhar novas funções, tanto do ponto vista do emprego e da produção, como da sua inserção social. O que, antes, era uma propriedade destinada à produção agrícola, agora se tornou produtora de novos bens e serviços. Estes aspectos de produção não-agrícolas, combinados com atividades agrícolas, possibilitam melhorar a renda das famílias dos agricultores e geram condições para a permanência dos agricultores na suas propriedades rurais.

Por outro lado, parte dos agricultores que não aderiram a esse processo ou ficaram condicionados às exigências do setor agropecuário, ou tiveram que abandonar suas terras. Os motivos que levaram à transformação no meio rural são consequência das políticas adotadas nas últimas décadas para o setor agrícola brasileiro. Destacaremos a seguir algumas características das políticas macroeconômicas e setoriais nas décadas de 1980 e 1990.

2.2-As Políticas para o Setor Agropecuário nas décadas de 1980 e 1990

Dar ênfase ao estudo da agricultura brasileira nas décadas de 1980 e 1990 é buscar orientação através das políticas macroeconômicas desenvolvidas nas décadas anteriores, condicionadas através do processo de modernização concebido sob a escalada do capital em relação à agricultura tradicional, base do setor agropecuário brasileiro.

Mesmo que essa análise seja fundamentada nas décadas de 1980 e 1990, é importante frisar que o modelo proposto na década de 1950, que priorizava a implantação de um parque industrial vinculado às indústrias pesadas, tais como a petroquímica e siderúrgia, possibilitou a instalação de indústrias produtoras de bens destinadas ao setor agropecuário, como por exemplo tratores agrícolas, máquinas e equipamentos agrícolas, inseticidas, fungicidas e pesticidas, adubos, fertilizantes e corretivos produtos veterinários, rações e alimentos para animais.

Segundo Dias e Amaral (1999, p. 225), “o segundo choque do petróleo em 1979 e a crise de financiamento externo em 1982 esgotam a capacidade do governo de transferir recursos para o setor privado e mergulham o país num longo processo de rolagem da dívida pública. Premiado pela incapacidade de administrar os problemas que se avolumaram no início década de 1980, refletidos no indicador de inflação que salta de 40% em 1980 para 200% em 1984, o governo negociou o apoio com organismos multilaterais, FMI e Banco Mundial”.

A partir do início dos anos 1980, a política macroeconômica recessiva impõe reformas estruturais ao setor agropecuário. As fontes oficiais de crédito, que no início da década eram responsáveis por 70% do crédito destinado à agricultura, tiveram sua participação reduzida para 30% no final da década.

Ainda segundo Mattei (1999 p. 29), “no início da década de 1980, a taxa de inflação explodiu em função de um conjunto de fatores (como a crise do petróleo, a crise da dívida externa e a interrupção dos fluxos internacionais de capitais) que impuseram uma margem de manobra pequena à gestão das políticas macroeconômicas. Num primeiro momento, todas as prioridades concentraram-se no ajuste externo, e só posteriormente voltaram para esfera doméstica. Decorrem daí uma série de tentativas de equacionamento dos problemas

através dos diversos`` planos de estabilização econômica “(planos Cruzados, Verão, e Collor). Em grande medida, esses planos acabaram condicionando e afetando o desempenho do setor agropecuário”.

Segundo (Delgado et alli,s.d.), a partir de 1981/82, os preços mínimos tenderam a um patamar que tornava mais freqüente a “colagem” aos preços de mercado no momento da comercialização da safra. Um dos reflexos dessas políticas foi a substancial ampliação das operações de compra pelo governo federal (AGF) em vários anos.

Decretado em 28 de fevereiro de 1986, o Programa de Estabilização Econômica (Plano Cruzado) apoiou-se em dois instrumentos fundamentais: a desindexação e o tabelamento de preços pelo prazo de um ano. Segundo Graziano (1991pg 184), “as circunstâncias favoráveis criadas pela estabilização alcançada nos primeiros meses do Plano Cruzado, bem como a farta disponibilidade de crédito, induziram os agricultores a novos investimentos. Mas a retomada do processo inflacionário já no final de 1986 fez com que os empréstimos – especialmente os do crédito de investimento -, que deveriam voltar a ser corrigidos a partir de fevereiro de 1987 pela inflação acumulada nos últimos seis meses, se tornassem extorsivos. Para agravar a situação, a oferta abundante deprimiu os preços recebidos pelos agricultores e pecuaristas. O resultado foi um crescimento acentuado do grau de endividamento do setor, especialmente dos pequenos produtores, muitos dos quais acabaram por perder seus bens – inclusive as terras que possuíam, obrigando o governo a um perdão generalizado das dívidas financeiras contraídas para plantar a grande safra de 1986/87”.

A abertura comercial com o exterior foi concretizada na década de 1990 através de diversos planos econômicos principalmente de cunho liberal, que priorizar a redução da intervenção do Estado na economia e a busca da competitividade dos produtos agrícolas e dos alimentos processados nos mercados.

Essa nova política agrícola neoliberal provocou o abandono das políticas agrícolas implantadas até os anos 1980, resultando na redução dos dispêndios e dificultando a permanência de políticas de subsídios vinculadas ao crédito rural, preços mínimos e a formação de estoques reguladores.

O setor agropecuário foi duramente penalizado no início da década de noventa com a decretação do Plano Collor em março de 1990. O seqüestro dos recursos financeiros, a

correção dos financiamentos rurais (pela variação do IPC de março = 84%) muito acima dos preços mínimos (pela variação da BTN = 42%), impediu que os produtores pudessem saldar suas dívidas com Cruzados bloqueados Baumann (1999 p.242).

Em agosto do mesmo ano, o governo anunciou a nova política agrícola, com regras para o crédito rural que determinavam a correção dos empréstimos pela inflação passada e a liberação dos recursos pelo tamanho da unidade de produção, com taxas de juros maiores que nos anos anteriores. Com relação aos preços mínimos, a regionalização foi a forma que o governo encontrou para diminuir sua participação nas aquisições e estimular a transferência das agroindústrias para a proximidade das áreas produtoras. Como complemento dessa nova política, o governo inseriu uma série de atos administrativos que terminaram em afastamento do aparelho estatal voltado para a agricultura.

A conduta dessa nova política vinculada à estabilização econômica provocou a redução da participação do setor agropecuário no PIB total. A valorização cambial, a redução dos preços agrícolas, o aumento das taxas de juros foram os fatores que determinaram a queda na participação.

Segundo Graziano (1999 pg 767), “as transformações impostas pela expansão da produção capitalista – desde as mudanças técnicas, o grau de endividamento, etc. até a especialização de uma região num produto – pressionam as pequenas unidades familiares, obrigando-as a mudar de padrão para conseguir sobreviver, sob pena de serem expulsas do mercado. Geralmente, essa mudança de padrão significa uma maior mercantilização da produção e implica para os produtores camponeses estender o cultivo do produto comercial, romper os sistemas de rotação de terras e de culturas anteriormente existente, adotar um mínimo de insumos modernos, submeter-se a formas crescentes de endividamento bancário, etc”.

As políticas macroeconômicas das duas últimas décadas direcionadas ao investimento das grandes propriedades, em nada contribuíram para o desenvolvimento das unidades agrícolas familiares. O caráter conservador da modernização da agricultura não foi capaz de assimilar as necessidades da pequena produção.

Somente em 1996, o governo federal criou o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar, PRONAF, com crédito de custeio, investimentos e comercialização. Apesar de haver tanto alarde em relação ao êxito do programa, pode-se dizer que apenas

uma parcela das unidades familiares de produção foi beneficiada, haja vista que, no mesmo ano, foram liberados 333 mil contratos de custeios e investimentos, muito embora o país possuísse, naquele período, mais de 4 milhões de estabelecimento agropecuários familiares. Em níveis de investimentos no ano de 1996 foi aplicado o montante de R\$ 2.950.000,00, chegando em 2000/2001 à R\$ 21.761.797,00.

2.3-Indicadores da Produção Familiar no Brasil 1985-1995/1996

Este item não tratará da teoria da pequena Produção Familiar, mas procurará, através de dados, comparar a evolução e a situação deste setor, tendo em vista seu contínuo processo de exclusão.

Segundo Lamarche (1991 pg. 184), “a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter ‘conservador’ da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto. Uma parcela importante da chamada “pequena produção” é excluída do processo de modernização, conservando muitas de suas características tradicionais: a dependência em relação à grande propriedade, a precariedade do acesso aos meios de trabalho, a pobreza dos agricultores e sua extrema mobilidade espacial. Por outro lado, os produtores familiares que se modernizam devem continuar a assumir a propriedade fundiária e a dependência penosa e ambígua do trabalho assalariado, que se constitui geralmente de um ordenado pago à força de trabalho local e somente em alguns raríssimos casos indica uma mudança qualitativa do ponto de vista estrutural. Diante das dificuldades engendradas pelo êxodo em direção às cidades (falta de emprego, condições de vida precárias, etc.), as unidades familiares têm como função reter e abrigar uma população rural excedente”.

Ainda segundo o autor, “particularmente durante os anos 80, a crise que atingiu o setor agrícola provocou ‘um processo de fragmentação fundiária associada ao crescimento da mão-de-obra familiar’. Por outro lado, seus efeitos ameaçam freqüentemente as posições já alcançadas pelos produtores, tornando-os vulneráveis e frágeis, sobretudo face a execução de hipotecas que afetam numerosas propriedades médias e pequenas”.

Sem as condições ideais para se manter em sua propriedade, o produtor é excluído do processo produtivo. Como no Brasil a produção familiar é fundamentada em propriedades

de até 50ha, a parcela maior da produção é conduzida pela mão-de-obra e pouca mecanização, ou seja, para o pequeno produtor, dependendo da produção, são necessárias algumas máquinas e um trator. Mas, apesar das necessidades por que passa a produção familiar, os acessos ao financiamento de sua produção estão cada vez mais restritos. Quando o agricultor necessita obter um empréstimo no banco, ele é submetido a uma taxa de juro alta e tem que dar a sua propriedade como garantia. Se nessa mesma safra, por força da natureza, acontecer algum desastre ou o produtor ficar impossibilitado de produzir por qualquer outro motivo, certamente o banco não perdoará a dívida e retirará a terra da mão do agricultor.

Todas as referidas alterações pelas quais a agricultura brasileira passou nessas últimas décadas, pelo afastamento do Estado da sua ação de investidor e o crescimento da participação do setor privado (os bancos) como intermediador dos empréstimos, ocasionaram o êxodo rural e o fechamento de muitas propriedades, além do aumento na concentração de terra.

A seguir faremos uma comparação dos censos de 1985 e 1995, que evidencia a diminuição das propriedades e das áreas destinadas à pequena produção e sua participação no VBP total e a distribuição por região. Logo após serão mencionadas as condições dos produtores por regiões e a participação da Produção Familiar na geração de emprego e renda.

2.4-Estrutura Fundiária

Os dados a respeito da estrutura fundiária brasileira no Brasil podem ser visualizados na tabela 1.

Tabela 1: Grupos por estabelecimentos e área total – 1985 - 1995

Grupos de área total	Estabelecimentos				Área Total (mil/ha)			
	1985		1995		1985		1995	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
-10	3.099.63	53,07	2.402.37	49,43	10.029	3,0	7.882	2,23
10 – 50	1.728.23	29,6	1.516.11	31,19	39.515	10,5	35.237	9,97
50 – 100	438.192	7,5	400.375	8,24	30.153	8,0	27.455	7,76
100 – 1000	518.618	9,0	469.964	9,67	131.893	35,0	123.541	34,94
1000 – 10.000	47.931	0,8	47.174	0,97	108.397	28,5	108.171	30,59
10.000 +	2.174	0,03	2.185	0,05	56.287	15	51.322	14,51
S/declaração	-	-	21.683	0,45	-	-	-	-
Total	5.834.78	100	4.859.86	100	376.284	100	353.611	100

Fonte: IBGE (censo Agropecuário de 1995/96).

Essas informações mostram que o número de propriedades com até 10ha correspondia, em 1985, a 53,07% do total de propriedades. Já em 1995, observa-se que este índice foi reduzido para 49,43%. As propriedades acima de 10ha e menos de 50ha tiveram sua participação aumentada, sendo que, em 1985, esse grupo participava com 29,6% do total de propriedades, passando para 31,19% em 1995. Já o grupo de 50ha e menos de 100ha também elevou sua participação de 7,5, em 1985, para 8,24% em 1995. Com relação aos demais grupos, a sua participação também foi acrescida, sendo que, para o grupo acima de 100ha e menos de 1000ha, o acréscimo passou de 9,0%, em 1985, para 9,67% em 1995. O grupo acima de 1000ha e menos de 10.000ha passou de 0,8%, em 1985, para 0,97% em 1995. Para os grupos acima de 10.000ha a participação aumentou de 0,03% em 1985 para 0,05% em 1995.

Para termos uma noção mais específica sobre a atuação da agricultura familiar no Brasil e de sua inserção no contexto global, usaremos os dados do Projeto de Cooperação Técnica (INCRA/FAO), que mostram a participação desse setor sobre o número de estabelecimentos totais, área total e VBP. Este trabalho permite visualizar os estabelecimentos de Agricultura Familiar, que foram caracterizados como tal “através de suas relações sociais de produção: (a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos

nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento (b) a maior parte de trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família: (c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva”, (INCRA/FAO, 2000 pg. 8).

Segundo o Projeto INCRA/FAO, existiam no Brasil, segundo o C. A. de 1995/96, 4.859.864 de estabelecimentos, sendo 4.139.369 propriedade familiar. Estes últimos ocupam uma área de 107.768 milhões de ha e participam com R\$ 18,1 bilhões do VBP total. Recebem, entretanto, apenas R\$ 937 milhões de financiamentos. Na tabela 2, verifica-se que a representação dos agricultores familiares é de 85,2% do total dos estabelecimentos, 30,5% da área total, e que, mesmo sendo responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebem apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura.

Tabela 2: Estabelecimentos, Área Valor Bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT) - ano 1995-1996

Categorias	Estab. Total	% Estab. S/total	Área tot. (mil ha)	% Área s/total	VBP (mil R\$)	%VBP S/total	FT (mil R\$)	%FT S/total
FAMILIAR	4.139.369	85.2	107.768	30.5	18.117.725	37.9	937.828	25.3
PATRONAL	554.501	11.4	240.042	67.9	29.139.850	61.0	2.735.276	73.8
Inst.Pia/Relig.	7.143	0.2	263	0.1	72.327	0.1	2.716	0.1
Entid. Pública	158.719	3.2	5.530	1.5	465.608	1.0	31.280	0.8
Não Identif.	132	0.0	8	0.0	959	0.0	12	0.0
Total	4.859.864	100	353.611	100	47.796.469	100	3.707.112	100

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

A tabela 2 demonstra que dos 4.859.369 estabelecimentos do Brasil, 85,2% pertencem à agricultura familiar e apenas 11,4 % estão classificadas como patronal. Sendo que estes estabelecimentos familiares contribuem com 37,9% do VBP com apenas 30,5% da área total destinada a agricultura. Enquanto que a patronal é responsável por 61% do VBP abrangendo 67,9% de área total.

Os dados permitem, ainda, fazer uma análise regional, de acordo com o montante de financiamento total destinado à agricultura familiar, conforme a tabela 3.

Tabela 3: Estabelecimentos, Área Valor Bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT) – ano 1995-1996

REGIÃO	Estab. Total	% Estab. s/total	Área total (mil ha)	% Área s/total	VBP (mil R\$)	% VBP s/total	FT (mil R\$)	% FT s/total
Nordeste	2.055.157	88,3	34.043.218	43,5	3.026.897	43,0	133.973	26,8
Centro-Oeste	162.062	66,8	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3	94.058	12,7
Norte	380.895	85,4	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3	50.123	38,6
Sudeste	633.620	75,3	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4	143.812	12,6
Sul	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1	515.862	43,3
Brasil	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Segundo o relatório INCRA/FAO “a análise demonstra a importância da agricultura familiar nas regiões Norte e Sul, nas quais mais de 50% do VBP é produzido nos estabelecimentos familiares. Na região Norte, os agricultores familiares representam 85,4% dos estabelecimentos, ocupam 37,5 % da área e produzem 58,3% do VBP da região, recebendo 38,6% dos financiamentos. A região Sul é a mais forte em termos de agricultura familiar, representada por 90,5% de todos os estabelecimentos da região, ou 907.635 agricultores familiares, ocupando 43,8% da área e produzindo 57,1% do VBP regional. Nesta região, os agricultores familiares ficam com 43,3% dos financiamentos aplicados na região. O Centro-Oeste apresenta o menor percentual de agricultores familiares entre as regiões brasileiras, representando 66,8% dos estabelecimentos da região e ocupando apenas 12,6% da área regional e 12% dos financiamentos. A região Nordeste é a que apresenta o maior número de agricultores familiares, representada por 2.055.157 estabelecimentos

(88,3%), os quais ocupam 43,5% da área regional, produzem 43% do todo o VBP da região e ficam com apenas 26,8% do valor dos financiamentos agrícolas da região”.

A tabela 4 demonstra que a região Nordeste possui o maior percentual de estabelecimentos, com 49,7% de todos os estabelecimentos familiares brasileiros, seguida pela região Sul (que absorve 55,0% do total de financiamento, contra 14,3% da região Nordeste) com 21,9%.

Tabela 4: Agricultores familiares – Participação percentual das regiões no número de estabelecimentos, área VBP e financiamento total destinado aos agricultores familiares – ano 1995-1996

REGIÃO	% Estab. s/total	% Área s/total	% VBP s/total	%FT s/total
Nordeste	49,7	31,6	16,7	14,3
Centro-Oeste	3,9	12,7	6,2	10,0
Norte	9,2	20,3	7,5	5,4
Sudeste	15,3	17,4	22,3	15,3
Sul	21,9	18,0	47,3	55,0
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Por outro lado, a região Centro-oeste é responsável por apenas 3,9% dos estabelecimentos familiares totais, com 12,7% da área total. Já a região Norte ocupa 20,3% da área destinada aos estabelecimentos familiares e possui apenas 9,2% de estabelecimentos.

2.5 Condição dos Produtores

Na tabela 5, podemos verificar a distribuição dos estabelecimentos e área segundo a condição do produtor por região.

Com relação ao “uso da terra”, 74,6% são proprietários, 5,7% são arrendatários, 6,4% são parceiros e 13,3% são ocupantes.

Tabela 5: Agricultores Familiares –Percentual dos estabelecimentos e área –Brasil - 1995

Região	Proprietários		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área
Nordeste	65.4	91.8	6.9	1.0	8.4	1.6	19.3	5.6
Centro-Oeste	89.8	93.6	3.4	2.7	1.3	0.4	5.6	3.2
Norte	84.6	94.2	0.7	0.3	1.4	0.4	13.2	5.1
Sudeste	85.7	92.2	4.1	3.8	5.2	1.5	5.0	2.5
Sul	80.8	87.8	6.4	5.4	6.0	3.2	6.7	3.7
BRASIL	74.6	91.9	5.7	2.3	6.4	1.5	13.3	4.3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO3

O maior percentual dos proprietários está no Centro-Oeste, com 89.8% dos estabelecimentos. A região ocupa uma área de 93.6% das propriedades destinadas à agricultura familiar. O Nordeste apresenta o menor percentual de agricultores familiares proprietários, com apenas 65% dos estabelecimentos e 91,8% de área.

Nas regiões Nordeste e Sul, as presenças do arrendamento e de parceria estão mais presentes. Na região Nordeste os arrendatários participação com 6.9% e 6.4% dos estabelecimentos da região Sul. Com relação ao uso da terra na região Nordeste, a parceria participa com 8,4% e a região Sul com 6%.

A classe de ocupante tem a menor participação nas regiões Sudeste - com 5.0% dos estabelecimentos ocupando 2.5% de área- e Centro-Oeste -com 5.6% participando com 3.2% da área. A região Nordeste a representação dos ocupantes é de 19.3% dos estabelecimentos e 5.6% de área.

Neste item foi verificado através dos indicadores como estava distribuição das pequenas propriedades em relação aos dados de 1985 em comparação aos dados de 1995-1996. Estes dados evidenciam a queda nos números das propriedades agrícolas no Brasil, e a distribuição da participação das pequenas propriedades por região.

CAPITULO III

INDICADORES DA AGRICULTURA CATARINENSE

3.1- História da Ocupação Territorial

A ocupação do território catarinense inicia-se no século XVII, com os vicentistas, continuando no século XVIII, com os açorianos, e no XIX, com as imigrações européias, complementando-se no século XX, no final da década de 60, através dos fluxos migratórios internos.

A partir de São Vicente, teve início a ocupação do território catarinense através de três núcleos iniciais: São Francisco do Sul (1645), Ilha de Santa Catarina (1651) e Laguna (1676). Devem ser destacadas as funções desses pontos iniciais do povoamento, muito mais relacionados com a posse e defesa do território do que por motivos econômicos. Ainda no litoral, mas já no século seguinte aos vicentinos, seguiram-se os açorianos, através de colonização promovida pela coroa portuguesa, com influência marcante na formação histórico-político-cultural catarinense.

A partir de 1728 e 1732, começaram a ser buscados, partindo do litoral de Laguna, caminhos que possibilitassem a condução do gado oriundo dos campos de Viamão para o centro do país. Em 1766, surge o núcleo de Lages, e posteriormente, São Joaquim, Curitiba, Rio Negro e Mafra, todos ligados ao ciclo do gado e definidores do início da ocupação do planalto catarinense.

Em meados do século XIX, logo após a independência, tem início a colonização européia, estabelecendo-se os primeiros colonos alemães em São Pedro de Alcântara, próximo ao litoral de Florianópolis. Essa colonização, no entanto, vem tomar impulso a partir de 1850, quando surge Blumenau e o Vale de Itajaí é ocupado. É mais uma etapa da ocupação do litoral, que a partir do final do século retrasado está completamente ocupado e começa a delinear as características que hoje apresenta.

O meio-oeste catarinense, ocupado de forma esparsa como expansão da ocupação do planalto, começa seu povoamento efetivo a partir da implantação da ferrovia ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo, em 1910.

3.2- Localização

O Estado de Santa Catarina tem como capital Florianópolis e abrange uma superfície terrestre de 95.483 Km², sendo que 502 Km² correspondem a águas internas, totalizando 95.985 Km². Representa 1,13% do território nacional e 16,1% da área da região sul.

3.3- Dinâmicas Produtivas Regionais

Santa Catarina caracteriza-se por uma estrutura fundiária em que estabelecimentos pequenos e muitos pequenos têm importante significação econômica, que tem como base uma exploração intensiva de trabalho familiar e, por outro lado, um sistema de produção agropecuário que possui forte vínculo de integração com o setor agroindustrial.

Segundo Mattei (1996 pg. 9), “ Santa Catarina é um Estado que possui um dos menores índices de concentração fundiária do país, o sistema de produção está concentrado nas unidades familiares de produção. Em função disso, o processo de modernização agrícola, que vem ocorrendo desde a década de 60, apresenta características regionalmente distintas”.

Na região oeste catarinense o setor agropecuário possui vínculo junto aos complexos agroindustriais que abastecem mercados nacionais e internacionais. Possui como características a produção de carnes (suínos e aves), pecuária leiteira e lavouras de fumo, trigo, soja, alho e cebola.

A região Norte do estado possui uma estrutura fundiária onde, ao lado de grandes e médios estabelecimentos, existem pequenos estabelecimentos com bastante representatividade. Tal estrutura fundiária deve-se ao fato de ali conviverem tanto uma pecuária extensiva, como uma pequena produção de caráter colonial, que a princípio se estruturou com base em uma economia extrativa de erva-mate e de madeira. A base produtiva da região está nas culturas do arroz, fumo, cebola, banana e cana-de-açúcar. A criação de suínos e a bovinocultura da região também se destacam.

Segundo Mattei (1996 pg.10) “nas regiões do Vale do Itajaí (Blumenau e Itajaí) e Litoral Norte (Joinville e Jaraguá do Sul), prevalece uma agricultura familiar de subsistência não integrada aos grandes complexos agroindustriais. Dentre as principais

atividades, destacam-se as culturas do arroz, do fumo, da cebola, da banana e da cana-de-açúcar. Na produção animal destaca-se a criação de suínos e a bovinoçultura (corte e leite), mas em pequenas escalas. Além disso, observa-se também, nessas regiões, uma queda das culturas tradicionais, principalmente a soja e o trigo. A dinâmica agrícola está concentrada no uso da força de trabalho familiar. Essas regiões apresentam uma característica muito peculiar no estado, porque possibilitam as combinações das atividades agrícolas com as atividades industriais. Isso se deve às condições geográficas e ao processo de industrialização e descentralização que ocorreu nos principais municípios. Essa industrialização, em sua grande maioria concentra-se nos setores têxtil e de máquinas e equipamentos”.

A região serrana do estado também teve sua economia baseada na pecuária extensiva e no extrativismo madeireiro. Hoje, devido ao esgotamento das reservas florestais naturais, o reflorestamento adquiriu uma importância muito grande, uma vez que a exploração da madeira está ligada às indústrias locais de celulose e papel e de móveis. Os principais produtos da região são a criação de gado (de corte e de leite), e lavouras de soja, milho, feijão e alho, merecendo destaque a cultura da maçã. Do ponto de vista econômico, a região começa a desenvolver o turismo rural, centrado atualmente nos hotéis fazendas.

A região metropolitana de Florianópolis, tem como característica culturas típicas (tomate, batata e cebola), e as produções de fumo e da criação de bovino de corte e de leite (em menor escala).

A região Sul concentra suas atividades na exploração do carvão mineral e mais recentemente na indústria cerâmica, com destaques para lavouras de soja, fumo e arroz. ligado às agroindústrias locais, uma fruticultura que tem por base as culturas dos citros, da banana e da uva, e a cultura da mandioca, cuja produção é tradicionalmente utilizada nos engenhos farinácolas da região. Toda essa transformação da atividade agropecuária não alterou de modo substancial a estrutura fundiária da região Sul do estado.

3.4-Questionamentos

Conforme vimos anteriormente, o setor agrícola foi fortemente afetado pelas políticas macroeconômicas nas décadas de 1980 e 1990, principalmente com a eliminação dos subsídios, a abertura comercial e a liberação dos preços – medidas que afetaram principalmente as pequenas unidades produtivas familiares.

Os impactos dessas transformações foram sentidos no estado de Santa Catarina, que tem sua base agrícola, majoritariamente, formada por unidades produtivas de até 50ha. Conforme será verificado a seguir adiante pelos dados dos censos agropecuários de 1985 e 1995/96, ocorreu redução de 13% dos empregos entre os dois períodos analisados, o que corresponde a 114 mil pessoas.

Com relação à produção agropecuária estadual, a redução da área colhida foi de 22%. Exceto as culturas da maçã e cebola, todas as demais diminuíram a área colhida.

No setor de produção animal, confirmou-se a expansão nos segmentos de suínos e aves, com 42% e 58% de aumento, respectivamente. A tendência de expansão da produção desse setor é atribuída ao vínculo que as pequenas propriedades estabeleceram com o setor de agroindústrias.

Embora essa expansão contribui para o VPB catarinense, é necessário preservar o modelo de agricultura familiar implantado em Santa Catarina, pois o mesmo contribui expressivamente para o desenvolvimento social e econômico e ainda serve de exemplo para vários estados da federação que buscam aqui informações e tecnologias para subsidiar o seu desenvolvimento. No entanto, ainda há um grande percentual de propriedades familiares cuja competitividade está ameaçada.

Numa reunião realizada com um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural no Alto Vale do Itajaí, discutiu-se com os integrantes, à maioria representantes de comunidades rurais, os caminhos da agricultura. Avaliavam os agricultores presentes que, apesar das suas condições de vida serem consideradas satisfatórias, muitos dos jovens preferem tentar a sorte nas cidades, abandonando o meio rural. Preferem um salário modesto nas cidades a continuar a saga dos pais no meio rural. O que está acontecendo? Até onde vai esta situação? Estará em questão o chamado modelo agrícola catarinense, baseado na pequena propriedade rural?

A agricultura catarinense, apesar do nível de modernização observado em alguns setores, apresenta sérios problemas sociais, econômicos e ambientais. Ao lado dos grandes e modernos complexos agroindustriais, há um grande número de pequenas e médias propriedades familiares produtoras de alimentos básicos e matérias-primas que se encontram em sérias dificuldades, devido sua baixa competitividade.

Enquanto muitos municípios e muitas propriedades buscam exclusivamente na atividade primária, centrada nas atividades tradicionais, cultivando grãos em pequenas áreas, o sustento para as famílias, sem alcançar, no entanto, renda suficiente para a sobrevivência em condições dignas, outros agricultores se organizam visando agregar valor aos seus produtos, através da formação de pequenas agroindústrias para a elaboração de derivados do leite e de outros produtos de origem animal, além de doces e conservas

3.5-Indicadores do Desenvolvimento Agropecuário Catarinense

A ausência de dados de um censo agropecuário atual não nos permite fazer uma comparação da real situação da estrutura agrícola catarinense, uma vez que não será possível analisar as variáveis desse sistema após implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em Santa Catarina. Na falta desses dados, analisaremos a agricultura catarinense promovendo uma comparação de dados entre os anos de 1985 e 1995.

3.6-Estrutura Fundiária

De acordo com C.A. de 1995, existiam, em Santa Catarina, 203.347 propriedades agrícolas, sendo que 182.378 propriedades (89,68%) pertenciam a estabelecimentos de até 50ha, responsáveis pela produção de 82,3% do total produzido no estado. O que indica que a agricultura catarinense está fundamentada na pequena propriedade.

Comparando os dados do IBGE entre os anos de 1985 e 1995, podemos medir, através do índice de Gini, que o grau de concentração da terra em Santa Catarina continua muito elevado. Em 1985, o Gini era de 0,671, caindo, em 1995, para 0,658. Os dados representados na tabela 6 permitem visualizar a comparação entre os números de 1985 e

1995 relativos à quantidade de estabelecimentos e área total. Nesse período observa-se uma redução tanto do número de estabelecimentos, de 234.973, em 1985, para 203.347, como da área total, que passa de 7.419.543 para 6.612.846.

Tabela 6: Grupos por estabelecimentos de área total em Santa Catarina 1985 - 1995

Grupos de área total	Estabelecimentos				Área Total (ha)			
	1985		1995		1985		1995	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
-10	91.883	39,10	72.462	35,63	448.981	6,1	364.673	5,5
10 – 50	120.195	51,15	109.916	54,05	2.561.623	34,50	2.319.646	35,07
50 – 100	13.341	5,68	12.120	5,96	891.819	12,01	811.301	12,27
100 – 1000	8.861	3,77	8.231	4,05	2.256.902	30,41	2.074.321	31,36
1000 – 10.000	565	0,24	505	0,25	1.087.206	14,65	1.004.342	15,02
10.000 +	6	0,01	3	0,01	173.004	2,33	38.562	0,6
S/declaração	122	0,05	110	0,05	-	-	-	-
Total	234.973	100	203.347	100	7.419.543	100	6.612.846	100

Fonte: IBGE

A tabela 6 demonstra que em 1985 os estabelecimentos de até 50ha participavam com 90,25% do número total de estabelecimentos e abrangiam 40,6% da área total. Em 1995, essa participação de 89,68% do número total de estabelecimentos manteve os índices estáveis, mas com crescimento na participação da área total para 52,8%. Nos estabelecimentos acima de 50ha e menos de 100ha, a participação no número total de estabelecimento aumentou de 5,68%, em 1985, para 5,96% em 1995 e a área total, de 12,01%, em 1985, para 12,27% em 1995. Os estabelecimentos acima de 1000 e abaixo de 10.000ha correspondiam a 0,24% do número de estabelecimentos em 1985, sendo que em 1995 esse percentual aumentou para 0,25%.

Não temos com precisão os dados referentes ao desaparecimento de 31.626 estabelecimentos e à redução de 806.607ha da área total. Mas, segundo o IBGE, essa redução foi consequência da urbanização do meio rural e da crise das últimas décadas que provocou a concentração de terras e a expulsão dos agricultores do meio rural: “na

entressafra, muitas vezes são poucos os vestígios da atividade agrícola que se desenvolveu na área da safra anterior, e freqüentemente o responsável pela produção não pode ser encontrado na região em que se localiza o estabelecimento, pois terminou seus trabalhos e deixou o local” (C.A., p.30).

3.7-Condição do Produtor

A tabela 7 identifica a evolução da proporção dos responsáveis pela exploração agropecuária nos períodos 1985 e 1995.

Tabela 7: Evolução da condição do responsável na produção 1985 - 1995

Condição do Responsável	Estabelecimentos				Área			
	1985		1995		1985		1995	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Proprietário	182.816	77,8	171.498	84,34	6.692.872	90,21	6.112.237	92,43
Arrendatário	15.446	6,57	12.114	5,96	296.152	3,99	210.053	3,18
Parceiros	16.128	6,86	6.131	3,02	164.248	2,21	81.540	1,23
Ocupante	20.583	8,77	13.604	6,68	266.270	3,59	209.017	3,16

Fonte: Dados IBGE (C.A. 1995/96)

Na categoria de proprietários, ocorreu uma redução dos números, em termos absolutos, de 182.816, em 1985, para 171.498, em 1995. A categoria dos arrendatários teve sua participação reduzida em 22%, sendo que a participação desta categoria foi reduzida para 5,15% no conjunto de produtores, diminuindo de 15.446, em 1985, para 12.114 no ano de 1995. A categoria dos parceiros, por sua vez, sofreu a maior redução com 62% sendo que em 1985 participavam com 16.128 sendo reduzidos para 6.131, e no conjunto de produtores sua participação foi reduzida para 2,61%. E por último a categoria dos ocupantes que diminuíram sua participação em 34%, que contribuíam em 20.583 do período de 1985 para 13.604 no período de 1995 e, no conjunto de produtores a redução foi de 5,79%.

3.8-Participação da Pequena Propriedade na Produção

As unidades familiares em Santa Catarina com até 50ha contribuem com quase 90% do total de propriedades no estado e correspondem a mais 40% do total da área produzida.

Levando em consideração esses índices, verificamos que a produção dessas unidades em muito contribui no desempenho total produtivo do estado. Conforme a tabela 8, verificamos a participação de produção dessas unidades em determinadas lavouras, como a de fumo: aí a contribuição é de 93,2% da produção total – trata-se do maior percentual. Segue-se a lavoura de cebola, com 91,%, a de cana-de-açúcar, com 86,1%, a de feijão com 72%, a de milho com 70,4%, a de arroz, com 66,7%, a de batata-inglesa, com 43,3%, a de soja, 18,8%, e a de maçã, com 14,5%.

Tabela 8: Proporção da produção das principais lavouras originadas em estabelecimentos de menos de 50ha, segundo o Censo Agropecuário – Santa Catarina – 1995

Lavouras	Produção total (t)	Proporção da produção originada em estabelecimentos de menos de 50 ha (%)
Arroz	497.445	66,7
Batata-inglesa (1)	106.368	43,3
Cana- de- açúcar	518.184	86,1
Cebola	225.482	91,0
Feijão (1)	223.294	72,8
Fumo (em folha)	163.310	93,2
Milho	2.305.140	70,4
Soja	408.861	18,8
Maça (2)	1.993.562	14,5

(1) Todas as safras (2) Produção de maçã, em 1000 frutos

Fonte: Dados IBGE (Censo Agropecuário 1995/1996)

As propriedades de até 50ha participam com 89,68% do total de estabelecimentos em dados de 1995, e sua participação na produção pecuária pode ser visualizada na tabela 9. Com relação à produção estadual de leite, as pequenas unidades familiares participam com 83,3%. Na produção de ovos a participação é de 54,9%, na de bovinos é de 57,2%, na de suínos, de 79,7% , na de ovinos 33,5% e 81,5%na produção de frangos.

Tabela 9: Produção de ovos e de leite, efetivos de bovinos, de suínos, de galinhas, galos , frangas, frangos e de ovinos, segundo o Censo Agropecuário – Santa Catarina - 1995

Produção e efetivos da pecuária	Produção total ou efetivos totais	Proporção da produção ou dos efetivos originados em estabelecimentos de menos de 50 ha (%)
Leite (1000 litros)	869.419	83,3
Ovos (1000 dúzias)	110.330	54,9
Bovinos (unidade)	3.097.351	57,2
Suínos (unidade)	4.535.571	79,7
Galinhas, galos, frangas e frangos (unidade)	85.657.000	81,5
Ovinos (unidade)	202.694	33,5

Fonte: Dados IBGE (C.A.1995/1996)

3.9-Atuação do PRONAF em Santa Catarina

O PRONAF/SC, com suas parcerias, atua no fortalecimento da agricultura familiar, proporcionando aos agricultores e suas famílias condições para que possam continuar vivendo no meio rural catarinense com opções de trabalho e renda necessárias à prosperidade e ao desenvolvimento.

Segundo ICEPA (2002), “com esta linha de ação estão sendo atendidos municípios de todas as regiões do território catarinense, através do apoio financeiro e técnico, sem reembolso, para a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação de

infra-estrutura e serviços municipais. Até o momento (1997-2002), foram investidos mais de R\$ 41,5 milhões na forma de auxílio financeiro a fundo perdido, para o apoio à infraestrutura e serviços municipais, contemplando 74 (mais de 25%) dos 293 municípios com o PRONAF/Infra-Estrutura. Deste total, aproximadamente R\$ 5,5 milhões são provenientes da contrapartida, valor que, de outra forma, dificilmente seria aplicado diretamente nas ações voltadas ao atendimento da agricultura familiar”.

“O crédito Agrícola, por sua vez, tem como objetivo financiar planos de custeio e projetos de investimentos agropecuários individuais, grupais e coletivos, pois, além da terra e da mão-de-obra, o agricultor precisa de dinheiro para poder produzir. Os critérios de aplicação dos recursos de financiamento são estabelecidos de acordo com os grupos de agricultores familiares (Grupo A,B,C,D), mas todos têm um teto para o crédito, exigindo, como contrapartida, a aplicação de recursos financeiros próprios para contemplar as necessidades financeiras na implantação e desenvolvimento das atividades produtivas na agricultura familiar e na pesca” (ICEPA 2002).

“Desde 1997 os recursos financeiros ao crédito subsidiado ultrapassaram a cifra de R\$ 1 bilhão e 100 milhões no estado, beneficiando mais de 120 mil agricultores” (ICEPA 2002).

3.10-Evolução Recente da Produção Agropecuária Catarinense

O setor agropecuário catarinense em 2000 teve um crescimento de 10,8% em relação ao ano anterior, e seu PIB foi estimado em R\$ 3,9 bilhões. Esse aumento só foi possível, porque o VBP das lavouras cresceu 6,21%; o da pecuária, 19,9%; o da silvicultura, 7% e o da extração vegetal 12%. Entre os principais itens do consumo intermediário do setor, destacam-se o crescimento do valor despendido com medicamentos e a alimentação para animais (que cresceu 20,3%), ovos fertilizados de pintos de 1 dia (15,8%); combustíveis e lubrificantes (39,6%); adubos e fertilizantes (5,9%); energia elétrica (21,4%); sementes e mudas (43,4%) e transporte da produção (46%).

O crescimento da produção agrícola (de 9,4%) e da pecuária (de 5,6%) foram os responsáveis pela evolução da agropecuária catarinense, que, no agregado, cresceu 7,3%. Os produtos que mais contribuíram para esse crescimento foram os grãos, com crescimento

de 16% (principalmente devido ao crescimento da produção de milho, que foi de 26%), os hortifrutigranjeiros, com alta de 18% (a cebola, 31%, e o alho, 16%, compensam a queda da produção de tomate em 14%) e aqueles que englobam a fruticultura (o crescimento de 34,6% na cultura da maçã compensa a queda da produção de banana, de 15,5%).

Os crescimentos (8,4%) da avicultura e (4%) da suinocultura, agregados ao crescimento (3,5%) da atividade leiteira, contribuíram para que o setor pecuário participasse com 54% do VBP agropecuária.

Com relação à safra 2000/01, o setor agropecuário manteve crescimento, porém, num ritmo menor que na safra anterior.

Segundo as estimativas do relatório da Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2000-2001 para a produção agrícola, o crescimento da produção de grãos foi estimado em de 9% (a produção de milho em 16%, a de arroz, 10,8%, e a de trigo, 20%, compensando a queda na produção de feijão, de 26%, e de soja, de 0,7%).

Entre as hortaliças, a produção de alho cresceu 27% e a de tomate, 8%. A produção de cebola, entretanto, caiu 27%. Entre as principais frutas, cresce a produção de banana (28%), enquanto cai a de maçã (12%). A produção de fumo também cai (7%). Entre os produtos da pecuária, crescem o abate de suínos (5%) e o de frangos (3,4%). A atividade leiteira cresce 4%.

CAPITULO IV

TIMBÉ DO SUL

4.1-Histórico

Nesse capítulo, apresentaremos o município de Timbé do Sul, localizado no extremo sul do estado de Santa Catarina. Esse município, pertencente à microrregião do Vale do Araranguá, tem sua base econômica assentada na agricultura de caráter familiar.

Trata-se de um município com características idênticas aos demais municípios do estado de Santa Catarina que dependem da agricultura para gerar renda e desenvolvimento.

4.2-Características do Vale do Araranguá: Aspectos Históricos

A orla marítima do extremo sul catarinense, planície de solo arenoso e de fácil desenvolvimento agrícola, foi povoada por descendentes de Vicentistas, oriundos de Laguna, que se dedicaram à implantação de engenhos de farinha de mandioca, cana-de-açúcar, de cachaça e também à instalação de alguns pilões de soque de arroz.

Entre essa faixa litorânea e o planalto existia um sertão de aproximadamente 40 quilômetros, que podia ser avaliado a olho nu, desde os aparados. Tropeiros de serra-cima passaram a explorar essa área, abrindo picadas a facão pelas encostas abaixo, visando alcançar essa colônia produtora dos gêneros não encontrados nas suas zonas frias do planalto.

Sem mistérios, simplesmente acompanhando os cursos dos rios de serra-baixo, se embrenharam pelos matos das várzeas, seguindo seus leitos rasos, abrindo picadas ou trilhas até atingirem o rio Itopava, já povoado à sua margem direita, e, daí a alguns quilômetros, se encontraram na faixa de terras de areia, detentora dos cereais e demais produtos por eles procurados.

Ressalte-se que essa área, tanto a povoada quanto o sertão, fazia parte do vasto município da Laguna, mais especificamente do distrito de Araranguá, elevado a município em 3 de abril de 1880 e instalado oficialmente a 28 de fevereiro de 1883.

Os mapas geográficos conhecidos, no final século XIX, da região sul do estado de Santa Catarina estavam assinalados por um espaço em branco. No centro desse espaço, em 1883, Luiz Gonzaga da Rosa requereu a legitimação de posse que, ao lhe ser concedida, em 1885, acabou limitada por todos os lados pelas terras do Governo Provincial.

A área dessa gleba encontra-se há aproximadamente 50 quilômetros da vila de Araranguá, sede do então município. Dentro dessa gleba, encontra-se no município de Timbé do Sul, local ou sítio que, no século XIX, era conhecido como simples pouso de tropeiros de serra-cima. Rodeio da Corticeira: assim era conhecida, a princípio, a cidade de Timbé do Sul.

Rodeio da Corticeira e as demais comunidades circunvizinhas começaram a ser povoadas por imigrantes internos italianos e descendentes, a partir da segunda década do século XX.

4.3-Criação do Distrito de Timbé

O distrito foi criado pelo decreto-lei número 941 de 31 de dezembro de 1943. Com estranho topônimo, pois a comunidade não havia sido consultada a respeito, havendo até quem suspeitasse haver sido erro ortográfico de TAIMBÉ, por ser esta região limítrofe com os Taimbés da serra Geral. Todavia, ninguém reclamou, e o nome foi, aos poucos, sendo aceito e, pacificamente, digerido.

A instalação oficial do distrito de Timbé ocorreu a 20 de março de 1944, dia em que, dado ao mau tempo reinante, a estrada, com muitos trechos intransitáveis para automóveis, obrigou as autoridades visitantes a viajarem de carroça. Com a instalação oficial do município de Turvo, em 20 de março de 1949, o distrito de Timbé passou a pertencer a este município. Com a Lei Estadual nº 1069, de 11 de maio de 1967, foram homologadas as resoluções da Câmara de Vereadores de Turvo: 3-65 e 2-67 criando o Município de Timbé. Somente em 23 de setembro de 1967 foi oficialmente instalado o Município de Timbé. Em 14 de janeiro de 1968, foi alterado pelos órgãos oficiais o nome de Timbé, para Timbé do Sul.

4.4-Localização Geográfica

A área territorial do município de Timbé do Sul, situado no extremo sul de Santa Catarina, é de 347 Km², a partir do rio Pinheirinho até a sua foz no rio Amola Faca, onde os rios que irrigam este último, abrem-se em forma de leque até suas nascentes, delineando, basicamente, os seus limites.

A altitude da cidade de Timbé do Sul é de 119 metros. Da cidade até a divisa com o Rio Grande do Sul, pela estrada da Serra da Rocinha, a pouco menos de 20 quilômetros. A diferença de nível é de mais de 1000 metros.

O município limita-se com os municípios de Morro Grande, Meleiro, Turvo, Jacinto Machado no Estado de Santa Catarina e, no Rio Grande do Sul, com o município de São José dos Ausentes.

Atualmente, o município possui 12 comunidades (Vila Nova, Rio Fortuna, Figueira, Molha Coco, Morro Azul, Gúrita, Rio do Salto, Nova Vicença, Rocinha, Vila Belmiro, Amola Faca e Areia Branca).

Figura 1 – Área Geográfica de Timbé do Sul



Distância entre Timbé do Sul as principais cidades:

Araranguá - 51 km;

Criciúma - 80 km;

Florianópolis - 270 km.

São Joaquim - 224 km;

Porto Alegre (RS) - 280 km;

Curitiba (PR) - 500 km

4.5-Dados Populacional do Município de Timbé do Sul

A população do município de Timbé do Sul, conforme dados do Censo IBGE 2000, era de 5.323 pessoas, das quais 2.724 do sexo masculino e 2.599 do sexo feminino. Em termos de situação domiciliar, nota-se que a maioria da população, (3.639 pessoas) vivia no meio rural e apenas 1.683 vivia no meio urbano. Entre os residentes deste município, o valor de rendimento médio anual é de R\$ 7.799,40.

A tabela 10 demonstra como esta população está dividida.

Tabela 10: Habitantes do município de Timbé por faixa etária no ano de 2000

Pessoas residentes, por faixa etária	Número de habitantes	% sobre total de habitantes
0 a 4 anos	414	7,77
5 a 9 anos	507	9,52
10 a 19 anos	1.116	20,96
20 a 29 anos	830	15,59
30 a 39 anos	859	16,14
40 a 49 anos	602	11,31
50 a 59 anos	493	9,26
60 anos ou mais de idade	502	9,43
Total	5.323	99,98

Fonte: IBGE (Censo 2000)

Os dados da tabela 10 indicam que 20,96% dos residentes encontram-se na faixa etária entre 10 e 19 anos. Este índice deverá permanecer no mesmo patamar na próxima década, pois os residentes de 0 a 9 anos chegam a 17,30% da população total. Já a faixa etária de 20 a 29 anos participa com 15,59%. São justamente esses jovens que, na falta de perspectivas no município, deixam Timbé do Sul em busca de trabalho e estudo em centros maiores. Trata-se de um dos grandes problemas do município, já que, dentre esses jovens, apenas uma minoria retorna.

4.6-Estrutura Econômica de Timbé do Sul

Registrou-se em Timbé do Sul, no ano de 2002, 73 empresas, que empregam 379 trabalhadores, nos ramos de transformação, comércio e serviços. Entre esses ramos, a indústria de transformação é a que apresenta o maior crescimento nos últimos anos, com destaque para a indústria moveleira, que tem sua demanda focalizada no litoral catarinense.

No entanto, o setor primário continua sendo a base econômica do município. A produção está voltada ao plantio do fumo, arroz, avicultura, milho, cana-de-açúcar, além do reflorestamento. Os dados da produção municipal podem ser visualizados pelo quadro 12.

Tabela 11: Principais culturas desenvolvidas no município de Timbé do Sul - 2001

CULTURAS	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)/ano	ÁREA (ha)	NÚMERO DE PRODUTORES	NÚMEROS TRABALHADORES (ESTIMATIVAS)
ARROZ	216.000 (sc)	1.800	160	504
FUMO	2.100. (t)	880	436	1.308
AVICULTURA	4.600.000 (aves)	5.100 m/lin.	51	215
MILHO	1.580. (t)	700	285	259
CANA-DE-AÇÚCAR	2.280 (kg)	72	33	46
REFLORESTAMENTO	600.000 mudas	2	2	12
SUINICULTURA	1.200 animais		3	22

Fonte: Amesc 2002

A tabela 12 demonstra as culturas desenvolvidas nesse município. A produção é caracterizada pela diversidade produtiva, com estabelecimentos produzindo duas ou mais culturas destinadas ao consumo e comercialização.

Apesar da policultura ser predominante nesse município, o sistema de produção atual está perdendo espaço com a expansão do cultivo de arroz, que, apesar de exigir volume de área maior para sua produção, está conseguindo a adesão de muitos agricultores.

Os agricultores que já aderiram a este cultivo estão arrendando ou comprando as terras vizinhas e de outras localidades deste município

A cultura de cana-de-açúcar atualmente está presente em 72 estabelecimentos. Após a implantação de engenhos de cana-de-açúcar, essa cultura vem crescendo anualmente.

Com relação ao reflorestamento, existem no município dois viveiros florestais, um privado (que absorve a demanda regional) e outro desenvolvido pela prefeitura (que atende a demanda local com preços subsidiados).

A prefeitura municipal está desenvolvendo seis projetos: o Viveiro, como citado acima, que produz mudas exóticas, ornamentais e nativas vendidas a um custo 35% abaixo do valor de mercado (e o que mais chama atenção aí é o crescimento da produção da palmeira real que proporcionou uma nova atividade de produção para os agricultores); o Germinar, projeto ainda em fase inicial, para a construção de uma escola culinária. Outros dois projetos iram beneficiar os bananicultores e a piscicultura, que também estão em desenvolvimento inicial. Os dois últimos já estão em funcionamento: a Horta Florestal que beneficiou o fortalecimento da merenda escolar, e o projeto Patrulha Agrícola, que tem como destino o uso de máquinas agrícolas pertencentes à prefeitura. Tal projeto tem um custo/máquinas subsidiado pela prefeitura em 30% do valor de mercado.

A transformação que ocorreu nas duas últimas décadas no setor agrícola brasileiro foi o fator predominante para a desestruturação da agricultura familiar, que tem sua base formada nos pequenos municípios brasileiros. Essas modificações ocasionaram um êxodo rural acentuado, queda da renda e concentração de terras nas propriedades agrícolas.

4.7-Estrutura Fundiária

No setor primário, há um predomínio de minifúndios (propriedades de até 50 ha), sendo que, em 1995, 90,75% das propriedades se enquadravam nessa categoria, conforme tabela 13.

Tabela 12: Grupos por estabelecimentos de área total em Timbó do Sul - 1985 - 1995

Grupos de área total	Estabelecimentos				Área Total (ha)			
	1985		1995		1985		1995	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
-10	251	37,13	193	33,04	1.212	7,42	1.016	7,08
10 – 100	412	60,95	375	64,22	11.080	67,91	10.228	71,31
100 – 200	9	1,34	12	2,06	1.201	7,36	1.537	10,71
200 – 500	2	0,29	3	0,51	578	3,56	1.033	7,20
500 – 2.000	2	0,29	1	0,17	2.244	13,75	530	3,70
Total	676	100	584	100	16.315	100	14.343	100

Fonte: Dados IBGE (C. A.1995/96)

Nessa tabela, observa-se que o número de propriedades de até 100 ha, que participavam com 98,07%, em 1985, teve sua participação reduzida para 97,26% do total de propriedades. Enquanto as propriedades de 100 a 200ha aumentaram a sua participação de 1,34%, em 1985, para 2,06% em 1995. Esse aumento pode ser creditado à transformação que está ocorrendo no setor produtivo agrícola desse município após a década de 90, principalmente na cultura do arroz, que requer um volume maior de área para o plantio. Nota-se que, principalmente nas propriedades de 100 a 200ha ocorreu uma tendência de concentração, que aumentaram sua participação de área de 7,36, em 1985, para 10,71% em 1995, e nas de 200 a 500ha, que elevaram sua participação de 3,56%, em 1985, para 7,20% em 1995.

4.8-Condições do Produtor e Evolução da Produção

Entre os responsáveis pela exploração agropecuária, a categoria de proprietários é a que tem a maior representação, tanto em 1985 como em 1995, como demonstra a tabela 14.

Tabela 13: Evolução da condição do responsável na produção 1985 - 1995

Condição do Responsável	Estabelecimentos				Área			
	1985		1995		1985		1995	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
PROPRIETÁRIO	463	68,49	453	77,56	14.250	87,33	12.079	84,21
ARRENDATÁRIO	104	15,38	65	11,13	987	6,04	872	6,08
PARCEIROS	77	11,39	9	1,54	752	4,6	91	0,63
OCUPANTE	32	4,73	57	9,76	328	2,01	1.301	9,07

Fonte: Dados IBGE (C.A. 1995/96)

Como esse município teve sua economia baseada no setor agrícola desde a sua colonização, a maioria das propriedades foi passando de pai para filho, o que explica o grande número de estabelecimentos dirigidos pelos proprietários, representando 68,49% dos estabelecimentos e 87,33% de área em 1985. Em 1995, essa categoria foi reduzida para 453 estabelecimentos, mas continuou obtendo o maior percentual, com 77,56%, e 84,21 de área.

A categoria de arrendatário, permanecendo com aproximadamente 6% da área total, teve sua participação reduzida de 15,38%, em 1985 , para 11,13% em 1995. Os parceiros sofreram a maior redução: em 1985, somavam 11,13% dos estabelecimentos e 4,6% da área , passando, em 1995, para 1,54% dos estabelecimentos e 0,63% da área total

Na categoria de ocupantes aumentou sua participação de 4,73% em 1985, para 9,765 em 1995, com aumento na área de 2,01% em 1985 para 9,07% em 1995.

O desempenho da produção de lavoura local pode ser verificado na tabela 15, através do volume de área plantada e da quantidade produzida.

Tabela14: Desempenho da produção de lavouras safra - 1998-1999

CULTURAS	ÁREA PLANTADA (HA)	QUANTIDADE PRODUZIDA (T)
ARROZ	1.500	8.250
FUMO	1.070	1.926
BANANA	220	1.980
FEIJÃO	230	87
MANDIOCA	60	900
MILHO	700	1.580

Fonte: Dados IBGE

A tabela 15 demonstra que o cultivo de arroz utiliza a maior área. A cultura do fumo, com área de 1.070ha. O cultivo da banana representou 220ha; o feijão teve seu cultivo em 230ha, a mandioca foi cultivada em apenas 60ha, e o milho em 700ha.

Com relação à pecuária municipal, existem 3.700 cabeças de bovinos, 1.100 cabeças de porcas criadeiras e 11.800 cabeças de outros porcos e porcas, 18.000 cabeças de galinhas e 480.000 galos, frangas, frangos e pintos. A produção de leite é de aproximadamente 940 litros com 650 vacas ordenhadas; a de ovos de galinha, de 127 dúzias; e a de mel de abelha, de 500kg.

Caracterizados pela policultura, os estabelecimentos do município estão assim distribuídos: 384 estabelecimentos trabalham com lavouras permanentes e temporárias, 4 com horticultura e produção de viveiros, 105 com pecuária, 62 com produção mista (lavoura-pecuária) e 25 com silvicultura e exploração florestal

4.9-Proposta para desenvolvimento local

O setor agropecuário municipal em Timbé do Sul, conforme dados IBGE (1995) apresentava 584 estabelecimentos, ocupando uma área 14.343há, caracterizados de forma geral pela pequena propriedade. Um fator marcante da realidade agrária de Timbé do Sul é a existência de um número significativo de propriedades rurais multifamiliares, ou seja, sobre um imóvel residem várias famílias (pais,filhos,irmãos etc.). Isto têm contribuído para

o fracionamento das propriedades rurais. Cada vez mais a propriedade é menos atraente para seus dependentes em virtude da pequena área.

Os proprietários de terras correspondem, em dados de 1995, a 77,56%.

A estrutura fundiária do município de Timbé do Sul caracteriza-se pela pequena propriedade. Dos 584 estabelecimentos, conforme dados IBGE (1995), 98,07% pertence a grupos de até 100ha. Das propriedades que possuem mais de 200ha, muitas têm a maioria de suas terras compostas de Mata Atlântica, cuja utilização através do corte é proibitiva pela legislação atual.

A produção municipal tem como característica a diversidade produtiva, com estabelecimentos produzindo duas ou mais culturas. Nesses estabelecimentos é possível encontrar a produção de consumo próprio e comercial.

As culturas de maior importância desse município são: fumo, arroz, banana, feijão, mandioca e milho.

O número de trabalhadores no setor agrícola foi reduzido. Conforme dados do IBGE (1996), das 2.710 pessoas que pertenciam às famílias dos proprietários em 1985, apenas 1.852 permaneceram em suas propriedades. Os empregos temporários, que, em 1985, somavam 566, foram reduzidos para 517 em 1995.

Existe uma tendência de aumento da poluição dos mananciais, devido ao uso de pesticidas e fertilizantes agrícolas, com conseqüências nos níveis de assoreamento dos rios. Persistirá a degradação do meio ambiente, cabendo ao poder público educar e proteger, através de uma legislação eficiente, bem como de uma fiscalização séria e comprometida com o desenvolvimento sustentável.

Prosseguirá o parcelamento das propriedades rurais, devido ao fracionamento e partilha das terras entre herdeiros. Continua a resistência de muitos agricultores para modernização da agricultura através de tecnologias apropriadas.

Existe a necessidade de assistência técnica especializada que transforme o pequeno agricultor em um empresário agrícola competitivo, diversificado e que promova uma maior agregação de capital, via industrialização da produção, dos serviços de agricultura familiar e abertura de novos canais de comercialização para produtos agroalimentares.

Diante das incertezas que vivem os agricultores no município de Timbé do Sul, será necessário implantar reformas que permitam que sua população obtenha novas formas de

elevação da renda. Para que isso ocorra, será necessário que haja um planejamento que seja desenvolvido, a longo prazo, pela população local e pelo poder público, sendo o fator preponderante para esse objetivo a capacitação profissional de ambas as partes.

Entre as alternativas de desenvolvimento para o município de Timbé do Sul, o turismo, a agregação de valor aos produtos agropecuários e o incentivo à criação de pequenas agroindústrias para a absorção da produção local poderão contribuir significativamente para elevação de renda.

Para que haja o desenvolvimento da indústria do turismo, é necessário maior dinamismo no desenvolvimento da infra-estrutura e um melhor aproveitamento dos recursos naturais existentes, transformando-os em áreas de lazer, através da implantação de equipamentos turísticos.

O município tem um dos mais belos visuais de ordem físico-natural, localizado nos Aparados da Serra Geral.

Mais recente de todos, o Parque Nacional da Serra Geral é uma extensão do Parque Nacional dos Aparados da Serra. Reproduz o mesmo relevo acidentado, com formação de paredões e cânions, como o da Fortaleza, de até 500 metros de altura.

A vegetação do Parque inclui campos de altitude, matas de araucária e Mata Atlântica. O Parque é cortado por diversos rios de pouca profundidade, mas perenes, como a Cachoeira, Bonito, Porteira Velha, Pai José e Costão Novo. Entre as espécies de sua fauna, destacam-se o lobo-guará, o veado-campeiro, o bugio e o papagaio-da-cara-roxa.

Os paredões da Serra Geral, o extenso mar de montanhas que cobre a maior parte da Região Sul do país, na borda da serra, num trecho onde o platô despenca abruptamente na forma de escarpas e cânions, resultado da ruptura que aconteceu há 130 milhões de anos com o movimento das placas Montanhistas, servem de divisa natural entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já se exploraram mais de vinte cânions ao longo da serra, numa região em que as fendas recortam como dentadas a divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Apenas um trecho está protegido, na forma de dois parques nacionais vizinhos, o da Serra Geral e o de Aparados da Serra, este muito mais famoso por causa do Cânion Itaimbezinho.

Em Timbé do Sul, o potencial turístico poderia ser mais bem aproveitado, pois a cidade possui várias atrações turísticas, como pode se observar na descrição abaixo.

As principais atrações turísticas que Timbé do Sul oferece são:

- Poço do Caixão;
- Quedas do Rio do Salto;
- Serra da Rocinha;
- Praias de rio.
- Quedas do Rio Molha Coco,
- Quedas do Rio Rocinha,
- Morros da Areia Branca

Os recursos naturais existentes (matas e rios), sempre que possível, devem ser transformados em áreas de lazer. Outra forma de criar atração turística seria organizar uma festa com base em determinado produto da agricultura e/ou pecuária representativo da economia municipal, ou, ainda, com base suas características culturais.

Timbé do Sul conta com poucos estabelecimentos de hospedagem, os quais não contam com classificação de acordo com os padrões da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

A demanda potencial, segundo observações realizadas informalmente, em época de alta temporada (período de verão) chega a 300 pessoas por mês (trezentas pessoas), que buscam a prática de esportes e lazer ligados ao turismo rural e ao turismo de aventura.

O capital social, através do aumento do grau de confiança, solidariedade e cooperação, cria potencial para ampliar a capacidade de geração de renda nas propriedades rurais. O agricultor sozinho tem muitas limitações, principalmente se estiver descapitalizado e com acesso restrito ao crédito. O pequeno produtor que não se integrar ao cooperativismo corre sérios riscos de desaparecer como unidade de produção. Cooperar para se fortalecer individualmente pode representar uma saída para o pequeno produtor rural.

Com acordos e parcerias, os produtores podem agregar valor à sua produção, montando um sistema organizacional voltado a um plano de ação, integrado e abrangente, que busque a ocupação e o uso adequado da infra-estrutura produtiva dos recursos naturais, do conhecimento acumulado, do saber fazer associado às possibilidades de

agroindustrialização, de agregação de valor aos produtos primários, da troca de experiências com outros produtores, da compra conjunta de insumos, da troca de serviços entre vizinhos, da aquisição conjunta de máquinas e equipamentos e da comercialização conjunta da produção agrícola, entre outros.

Com características genuinamente agrícolas, o município de Timbé do Sul tem como fator positivo uma oferta abundante de matéria-prima que é pouco utilizada pela população local. Será necessário desenvolver uma conscientização na população a respeito do grande índice de aproveitamento dessa matéria-prima na transformação de produtos com valor agregado, como compotas, doces, pães, bolos etc.

A busca do conhecimento para essa atividade, pode ser facilmente desempenhada através de criação de cooperativas. O modo de produção pode ser requerido tanto no SEBRAE como em órgãos não governamentais que atuam na região.

CONCLUSÃO

As modificações implementadas a partir dos anos oitenta e noventa na política econômica brasileira, que refletem a implantação de um modelo estruturado em princípios de cunho neoliberal, provocaram impactos negativos sobre o sistema da produção familiar não só no Brasil, mas também no estado de Santa Catarina e, mais especificamente, no município de Timbé do Sul.

O que se verificou, diante da menor presença da atuação do Estado na economia a partir desse período, foi um abandono em dos pequenos agricultores em todo o país. Alvos de um completo descaso por parte das políticas agrícolas governamentais, esses agricultores se viram diante de uma diminuição de créditos para o setor agrícola, bem como, o rendimento de suas atividades foi reduzido fortemente.

Em Timbé do Sul, município que tem o sistema agrícola como base econômica central, a situação dos pequenos produtores também se tornou calamitosa a partir da reestruturação do modelo econômico brasileiro. O que se verificou nesse município foi um acentuado índice de migração em direção aos centros regionais. Tal fenômeno, verificado em todo o Brasil, reflete a falta de perspectivas dos agricultores em relação aos setores agrícola e pecuário. Como uma das poucas saídas para situação, os pequenos produtores viram-se obrigados a realizar associações com empresas de médio e grande porte do setor agropecuário. Essas associações, contudo, representam uma diminuição da autonomia dos agricultores e pecuaristas, que, com essa cooptação, ficam submetidos aos interesses de tais empresas.

Alternativas para driblar esses problemas foram esboçadas no decorrer desse trabalho: são medidas que primam por uma maior intervenção estatal na esfera econômica, que, atualmente, encontra-se completamente à mercê dos interesses do capital internacional. Chega-se a ponto de se ter de pensar em soluções que ultrapassam as possibilidades da agropecuária –fala-se mesmo em turismo como opção.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALANTEJANO, P. R. R. **O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 1990 – 1997**. Ceas. Salvador: 1997. 167 p.

LAMARCHE, Hugues. **Agricultura familiar**. São Paulo: Unicamp, 1999. 336 p.

IBGE. **Censo Agropecuário do Brasil**. IBGE, 1985 – 1995.

INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de cooperação técnica, INCRA, FAO. 2000.

MATTEI, Lauro. **A dinâmica da agropecuária catarinense: o que revelam dados do censo agropecuário de 1995 – 1996**. Florianópolis: Cepagro, 1998.

MATTEI, Lauro. **A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense**. Florianópolis: Cepagro, 1997.

MATTEI, Lauro. **A evolução do emprego agrícola no Brasil**. Campinas: 1996 p. 21-56.

DIAS, Guilherme Leite da Silva, AMARAL, Cicely Murtinho. **Mudanças estruturais na agricultura brasileira. 1980 – 1998**. in: BAUMANN, R. (org). **Brasil: uma década em transição**. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

TURNES, V. A. **Diretrizes para elaboração do plano de desenvolvimento local, Cocal do Sul – SC**. Florianópolis: UFSC, 1996 – (Tese de Mestrado).

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina**. Florianópolis: ICEPA, v. 1, 2001. p. 143.

SAVI, Hilário. **Timbé do Sul**: um pouco de sua história. Florianópolis: 1992. 164 p.(série municípios catarinenses).

GRAZIANO, José Silva. **Condicionantes para um novo modelo agrário e agrícola**. São Paulo: Unicamp, 1991. 184 p.